

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	510.404
Preferenciais	0
Total	510.404
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	31.253.069	30.867.312
1.01	Ativo Circulante	30.166.729	28.967.485
1.01.01	Disponibilidades	218	2.596
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.141.906	5.414.101
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	25.957.182	23.367.950
1.01.03.01	Carteira Própria	1.898	6.856
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	25.945.094	23.357.151
1.01.03.03	Vinculados à prestação de garantias	10.190	3.943
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	-7.581	-11.783
1.01.07.01	Arrendamentos a Receber - Setor privado	238.365	301.513
1.01.07.02	(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-229.386	-292.090
1.01.07.03	Adiantamento a Fornecedores por conta de Subarrendamentos	3.006	3.006
1.01.07.04	(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	-19.566	-24.212
1.01.08	Outros Créditos	70.445	188.984
1.01.08.01	Negociação e Intermediação de Valores	0	7.480
1.01.08.02	Diversos	71.479	183.022
1.01.08.03	Provisão para outros créditos	-1.034	-1.518
1.01.09	Outros Valores e Bens	4.559	5.637
1.01.09.01	Bens não de uso Próprio	4.040	4.305
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	1.696	2.501
1.01.09.03	(Provisões para desvalorizações)	-1.177	-1.169
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	530.948	1.068.823
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	0	542.952
1.02.02.01	Carteira Própria	0	441.419
1.02.02.03	Vinculados à prestação de garantias	0	101.533
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-5.451	-7.590
1.02.06.01	Arrendamentos a Receber - Setor privado	104.226	118.974
1.02.06.02	(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-102.168	-117.155
1.02.06.03	Adiantamento a Fornecedores por conta de Subarrendamentos	486	486
1.02.06.04	(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	-7.995	-9.895
1.02.07	Outros Créditos	536.397	533.458
1.02.07.01	Diversos	536.565	533.712
1.02.07.02	Provisão para outros créditos	-168	-254
1.02.08	Outros Valores e Bens	2	3
1.02.08.02	Despesas Antecipadas	2	3
1.03	Ativo Permanente	555.392	831.004
1.03.01	Investimentos	9.019	9.019
1.03.01.04	Outros Investimentos	13.937	13.937
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-4.918	-4.918
1.03.01.05.01	(Imparidade Acumulada)	-4.918	-4.918
1.03.02.01	Outras Imobilizações de Uso	186	186
1.03.02.02	Depreciação Acumulada	-186	-186
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	530.719	802.406
1.03.03.01	Bens Arrendados	1.034.000	1.301.704

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1.03.03.02	Depreciação Acumulada	-783.927	-1.002.532
1.03.03.03	Superveniência de Depreciação	280.646	503.234
1.03.05	Diferido	15.654	19.579
1.03.05.01	Perdas em Arrendamentos a amortizar	29.849	34.228
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-14.195	-14.649

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	31.253.069	30.867.312
2.01	Passivo Circulante	2.235.831	2.619.433
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.946.357	1.893.157
2.01.03.01	Recursos de Debêntures	1.946.357	1.893.157
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	579	932
2.01.07.01	Instituições Oficiais	579	932
2.01.09	Outras Obrigações	288.895	725.344
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.121	3.775
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	100.604	344.337
2.01.09.04	Credores por Antecipação de Valor Residual	168.636	358.653
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	126	0
2.01.09.06	Diversos	15.408	18.579
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	28.067.008	27.315.575
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	27.976.193	27.207.987
2.02.03.01	Recursos de Debêntures	27.976.193	27.207.987
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	11.621	11.976
2.02.07.01	Instituições Oficiais	11.621	11.976
2.02.09	Outras Obrigações	79.194	95.612
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	24.349	30.171
2.02.09.03	Credores por Antecipação de Valor Residual	53.903	64.255
2.02.09.05	Diversos	942	1.186
2.05	Patrimônio Líquido	950.230	932.304
2.05.01	Capital Social Realizado	872.800	872.800
2.05.01.01	De domiciliados no País	872.800	872.800
2.05.04	Reservas de Lucro	58.118	58.118
2.05.04.01	Legal	38.764	38.764
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	19.354	19.354
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	1.386
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	1.386
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	19.312	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.154.222	1.126.339
3.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	313.649	443.818
3.01.02	Resultado Operações Títulos e Valores Mobiliários	198.784	130.336
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	641.789	552.185
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.111.766	-1.054.639
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-821.442	-638.772
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-294	-597
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-284.502	-401.627
3.02.04	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-5.528	-13.643
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	42.456	71.700
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-5.710	-9.076
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	0	11
3.04.02	Despesas de Pessoal	0	-133
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-3.787	-6.619
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.671	-4.904
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	2.391	2.258
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.643	311
3.05	Resultado Operacional	36.746	62.624
3.06	Resultado Não Operacional	325	11.048
3.06.01	Receitas	916	12.069
3.06.02	Despesas	-591	-1.021
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	37.071	73.672
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	3.187	2.036
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	9.425	10.552
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-6.238	-8.516
3.09	IR Diferido	-20.946	-31.503
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	19.312	44.205
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	37,84000	86,61000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	19.312	44.205
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.312	44.205

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-732.761	62.673
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	315.127	425.140
6.01.01.01	Lucro Líquido	19.312	44.205
6.01.01.02	Ajuste ao Lucro Líquido	295.815	380.935
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.047.888	-362.467
6.01.02.01	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.503.711	-800.883
6.01.02.02	Operações de Arrendamento Mercantil	-12.440	-24.421
6.01.02.03	Outros Créditos	95.225	133.045
6.01.02.04	Outros Valores e Bens	1.404	1.320
6.01.02.05	Outras Obrigações	-449.064	-308.723
6.01.02.06	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	821.406	638.772
6.01.02.07	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-708	-1.577
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-541.812	21.070
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Arrendamento	16.251	148.723
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	-12.998	-118.102
6.02.03	Aplicações no Diferido	-2.808	-16.695
6.02.04	Alienações no Diferido	715	5.780
6.02.05	Títulos Disponíveis para Venda	-542.972	-281
6.02.06	Alienação de Investimento	0	1.645
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-126.000
6.03.01	Aumento/(Redução) de Capital	0	-126.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.274.573	-42.257
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.416.697	5.523.667
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.142.124	5.481.410

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	872.800	0	0	58.118	0	1.386	932.304
5.03	Saldo Ajustado	872.800	0	0	58.118	0	1.386	932.304
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	19.312	0	19.312
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.386	-1.386
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.386	-1.386
5.13	Saldo Final	872.800	0	0	58.118	19.312	0	950.230

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	998.800	0	0	406.675	0	0	1.405.475
5.03	Saldo Ajustado	998.800	0	0	406.675	0	0	1.405.475
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	44.205	0	44.205
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	-126.000	0	0	0	0	0	-126.000
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	-296.158	0	0	-296.158
5.13	Saldo Final	872.800	0	0	110.517	44.205	0	1.027.522

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	1.149.767	1.126.324
7.01.01	Intermediação Financeira	1.154.222	1.126.339
7.01.02	Prestação de Serviços	0	11
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.528	-13.643
7.01.04	Outras	1.073	13.617
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.106.238	-1.040.996
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.768	-6.593
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1	-2
7.03.04	Outros	-3.767	-6.591
7.03.04.01	Processamento de Dados	-1.392	-1.272
7.03.04.02	Publicações	0	-118
7.03.04.03	Propaganda e Publicidade	-138	-10
7.03.04.04	Serviço do Sistema Financeiro	-134	-503
7.03.04.05	Serviços Técnicos Especializados	-1.506	-1.293
7.03.04.06	Outras	-597	-3.395
7.04	Valor Adicionado Bruto	39.761	78.735
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	39.761	78.735
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.761	78.735
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	39.761	78.735
7.09.01	Pessoal	0	133
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	102
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	8
7.09.01.04	Outros	0	23
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.430	34.371
7.09.02.01	Federais	20.152	34.026
7.09.02.03	Municipais	278	345
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19	26
7.09.03.01	Aluguéis	19	26
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.312	44.205
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.312	44.205

Comentário do Desempenho

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing") relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou o trimestre com carteira de arrendamento mercantil de R\$ 342 milhões e o patrimônio líquido de R\$ 950 milhões.

A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 12 de maio de 2015.

A Diretoria

Notas Explicativas

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR Trimestre findo em 31 de março de 2015

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Eventos Subsequentes e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia aplicou ainda o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto no seguinte pronunciamento que pode gerar impacto relevante na demonstração contábil:

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão pra crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

A emissão das Informações Trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 12 de maio de 2015.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de títulos e créditos a receber de Operações de arrendamento mercantil para Outros créditos.

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Reclassificação de Provisão para operações de crédito e Provisão para operações de arrendamento mercantil para Provisão para outros créditos.
- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira – Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais – Outras Despesas Operacionais.

Balanco Patrimonial

	31.12.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Operações de Arrendamento Mercantil	(12.551)	(10.314)	(22.865)
Arrendamento a receber - Setor privado	433.539	(13.052)	420.487
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(410.211)	966	(409.245)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(35.879)	1.772	(34.107)
Outros créditos	704.648	10.314	714.962
Diversos	704.648	12.086	716.734
(Provisão para outros créditos)	-	(1.772)	(1.772)

Demonstração do Resultado

	1º Trimestre/2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	442.759	1.059	443.818
Operações de Arrendamento Mercantil	442.759	1.059	443.818
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	442.759	1.059	443.818
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	1.370	(1.059)	311
Outras despesas operacionais	1.370	(1.059)	311

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período. Não foram classificados operações de *Hedge* de fluxo de caixa nessas Informações Trimestrais.

g) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originação de operações de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de arrendamento mercantil será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10%.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	De 2% a 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Informações Trimestrais somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Informações Trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

m) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.03.2015	31.12.2014
Disponibilidades	218	2.596
Disponibilidades em moeda nacional	218	2.596
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(a) 4.141.906	5.414.101
Operações compromissadas – Posição bancada	4.141.906	5.414.101
Total	4.142.124	5.416.697

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	31.03.2015	31.12.2014
Aplicações no Mercado Aberto	4.141.906	5.414.101
Re vendas a liquidar – posição bancada	4.141.906	5.414.101
Letras do Tesouro Nacional	3.659.570	5.414.101
Notas do Tesouro Nacional	482.336	-
Total	4.141.906	5.414.101
Ativo circulante	4.141.906	5.414.101

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Rendas de aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	139.011	130.205
Total	139.011	130.205

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD**a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM**

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Vencimento em Dias	31.03.2015						31.12.2014		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	De 91 a 180 Dias	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	3.885	6.305	10.190	10.190	-	9.659	9.630	(29)
Títulos Públicos	-	3.885	6.305	10.190	10.190	-	9.659	9.630	(29)
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.885	6.305	10.190	10.190	-	9.659	9.630	(29)
2 – Títulos Disponíveis para Venda	1.898	-	-	1.898	1.898	-	541.811	544.121	2.310
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	-	540.662	542.972	2.310
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	540.662	542.972	2.310
Títulos Privados	1.898	-	-	1.898	1.898	-	1.149	1.149	-
Cotas de fundos de Investimentos	1.898	-	-	1.898	1.898	-	1.149	1.149	-
Total (1 + 2)	1.898	3.885	6.305	12.088	12.088	-	551.470	553.751	2.281

Vencimento em Dias	31.03.2015						31.12.2014		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	De 91 a 180 Dias	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	1.898	-	-	1.898	1.898	-	446.414	448.275	1.861
Vinculados à prestação de garantias	-	3.885	6.305	10.190	10.190	-	105.056	105.476	420
Total	1.898	3.885	6.305	12.088	12.088	-	551.470	553.751	2.281

Vencimento em Anos	31.03.2015						31.12.2014	
	Valor de Mercado			Total			Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Títulos para negociação	-	3.885	6.305	10.190	10.190	9.659	9.630	
Títulos disponíveis para venda	1.898	-	-	1.898	1.898	541.811	544.121	
Total	1.898	3.885	6.305	12.088	12.088	551.470	553.751	

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Carteira	31.03.2015			31.12.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	1.898	-	1.898	6.856	441.419	448.275
Vinculados à prestação de garantias	10.190	-	10.190	3.943	101.533	105.476
Total	12.088	-	12.088	10.799	542.952	553.751

Por Categoria	31.03.2015	31.12.2014
1 – Títulos para negociação	10.190	9.630
2 – Títulos disponíveis para venda	1.898	544.121
Valor contábil / mercado da carteira	12.088	553.751

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	139.011	130.205
Títulos de renda fixa	59.751	114
Aplicações em fundos de investimento	22	17
Total	198.784	130.336

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de março de 2015 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

Por Indexador	31.03.2015			31.12.2014		
	Valor de referênci a	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referênci a	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de compra	-	-	-	522.684	-	-
Cupom cambial	-	-	-	522.684	-	-
Compromissos de venda	241.314	-	-	1.384.062	-	-
DI	240.993	-	-	318.732	-	-
Moedas	-	-	-	549.169	-	-
Cupom cambial	321	-	-	516.161	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	22.644.500	84.099	214.539	21.234.795	64.297	214.076
DI	22.644.500	84.042	214.539	21.234.795	64.297	214.076
Pré-fixado	-	57	-	-	-	-
Posição Passiva	1.501.000	(3.924)	(4.121)	790.000	(8.665)	(3.775)
DI	-	-	-	-	(1.553)	-
Pré-fixado	1.501.000	(3.924)	(4.121)	790.000	(7.112)	(3.775)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	48.303.305	25.865.745	25.730.555	44.125.292	23.297.740	23.143.075
Box de opções - Pré-fixado	48.303.305	25.865.745	25.730.555	44.125.292	23.297.740	23.143.075

Composição da Carteira de Derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	Acima de				31.03.2015	31.12.2014
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	360		
Futuro	24.809	77.791	70.403	68.311	241.314	1.906.746
Contratos de swaps	1.651.500	17.939.000	4.555.000	-	24.145.500	22.024.795
Box de opções	3.494.247	35.502.161	9.306.897	-	48.303.305	44.125.292

Composição da Carteira de Derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31/03/2015)

	Futuros	Swap	Box de opções
BM&FBovespa	241.314	-	-
Balcão	-	24.145.500	48.303.305
Instituições financeiras	-	24.145.500	48.303.305

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição da Margem Dada em Garantia

	31.03.2015	31.12.2014
Letras Financeiras do Tesouro	10.190	3.922
Notas do Tesouro Nacional	-	101.554
Total	10.190	105.476

Composição da Carteira de Derivativos Designados para Hedge

	31.03.2015	31.12.2014
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Passivo	-	318.732
Futuro	-	318.732
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	-	290.440
Operações de arrendamento mercantil	-	290.440

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	-	17.817
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	-	(19.154)
Efeito Líquido	-	(1.337)

No trimestre findo em 31 de março de 2015, a carteira de arrendamento mercantil deixou de ser qualificada como *hedge* nos termos do art. 5º da Circular BACEN nº 3.082, e tiveram seus contratos futuros na BM&F liquidados. O efeito no resultado do período do ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* esta sendo apropriado pelo prazo médio da carteira, no primeiro trimestre de 2015 foi receita de R\$ 539.

Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em Circulante e Não Circulante

	31.03.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Contratos de <i>swaps</i>	214.539	-	214.076	-
Box de opções – Pré-fixado	25.730.555	-	23.143.075	-
Total	25.945.094	-	23.357.151	-
Passivo				
Contratos de <i>swaps</i>	(4.121)	-	(3.775)	-
Total	(4.121)	-	(3.775)	-

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
<i>Swap</i>	28.476	82.462
Futuros	(46.357)	-
Box de opção	659.131	474.473
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	539	(4.750)
Total	641.789	552.185

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Hedge contábil

Estratégias/Risco	Objeto de hedge			Instrumentos de hedge	Instrumentos de hedge	
	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2015	31.12.2014
	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado
Hedge de Operações de arrendamento mercantil / taxa pré-fixada	-	-	290.440	Futuros	-	318.7

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**a) Operações de Arrendamento a Receber**

	31.03.2015	31.12.2014
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	342.591	420.487
Arrendamentos financeiros a receber	342.591	420.487
Ativo circulante	238.365	301.513
Ativo não circulante	104.226	118.974
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(331.554)	(409.245)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(331.554)	(409.245)
Ativo circulante	(229.386)	(292.090)
Ativo não circulante	(102.168)	(117.155)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	313.649	443.818
Arrendamentos financeiros	109.688	186.418
Lucro na alienação de bens arrendados	196.219	252.833
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.742	4.567
Despesas de Arrendamento Mercantil	(284.502)	(401.627)
Arrendamentos financeiros	(284.502)	(401.627)
Total	29.147	42.191

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	31.03.2015	31.12.2014
Setor Privado – No País	342.171	422.405
Pessoas físicas	132.270	198.744
Outros serviços	209.901	223.661
Total	342.171	422.405

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.03.2015	31.12.2014
Arrendamentos financeiros a receber	342.591	420.487
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(331.554)	(409.245)
Títulos e créditos a receber	7.300	12.086
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	546.373	821.985
Credores por antecipação do valor residual	(222.539)	(422.908)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	342.171	422.405

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2015	31.12.2014
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	458	167.925	91.288	13.425	2.277	591	116	21	1.994	278.095	350.263
01 a 30	155	18.202	5.474	817	276	70	9	1	226	25.230	26.024
31 a 60	69	23.914	4.864	780	207	70	9	1	94	30.008	27.776
61 a 90	41	15.693	5.236	769	229	62	9	1	152	22.192	24.389
91 a 180	81	31.428	16.364	2.117	621	153	18	4	406	51.192	77.926
181 a 360	65	34.024	26.989	3.530	655	151	48	7	364	65.833	87.369
Acima de 360	47	44.664	32.361	5.412	289	85	23	7	752	83.640	106.779
Parcelas Vincendas	-	2.175	12	153	142	3	-	1	23	2.509	3.314
Até 14 dias	-	2.175	12	153	142	3	-	1	23	2.509	3.314
Subtotal	458	170.100	91.300	13.578	2.419	594	116	22	2.017	280.604	353.577
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	6.889	10.514	3.131	13.032	1.166	1.662	6.524	42.918	46.101
05 a 30	-	-	873	1.110	406	647	147	201	725	4.109	4.404
31 a 60	-	-	793	1.020	380	629	142	191	682	3.837	4.255
61 a 90	-	-	729	713	343	546	121	170	575	3.197	3.829
91 a 180	-	-	1.715	2.300	788	1.420	297	469	1.586	8.575	9.614
181 a 360	-	-	2.221	3.161	1.081	2.563	435	628	2.836	12.925	11.948
Acima de 360	-	-	558	2.210	133	7.227	24	3	120	10.275	12.051
Parcelas Vincendas (a)	-	-	1.062	2.670	1.700	2.084	949	1.137	9.047	18.649	22.727
De 0 a 14	-	-	2	748	276	301	74	68	368	1.837	1.836
15 a 30	-	-	1.057	466	200	365	68	139	359	2.654	3.004
31 a 60	-	-	3	1.455	565	697	160	211	816	3.907	4.061
61 a 90	-	-	-	1	659	313	140	118	687	1.918	2.734
91 a 180	-	-	-	-	-	408	507	601	2.645	4.161	2.051
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	4.154	4.154	1.736
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18	7.305
Subtotal	-	-	7.951	13.184	4.831	15.116	2.115	2.799	15.571	61.567	68.828
Total	458	170.100	99.251	26.762	7.250	15.710	2.231	2.821	17.588	342.171	422.405

(a) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.03.2015			31.12.2014		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0	458	-	-	1.451	-	-
A	0,5	170.100	(851)	(851)	286.479	(1.432)	(1.432)
B	1	99.251	(993)	(993)	51.977	(520)	(520)
C	3	26.762	(803)	(803)	23.966	(719)	(719)
D	10	7.250	(725)	(725)	18.386	(1.839)	(1.839)
E	30	15.710	(4.712)	(4.712)	8.590	(2.577)	(2.577)
F	50	2.231	(1.116)	(1.116)	3.414	(1.707)	(1.707)
G	70	2.821	(1.975)	(1.975)	3.522	(2.465)	(2.465)
H	100	17.588	(17.588)	(17.588)	24.620	(24.620)	(24.620)
Total		342.171	(28.763)	(28.763)	422.405	(35.879)	(35.879)

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	1° Trimestre 2015	1° Trimestre 2014
Saldo inicial	35.879	81.841
Reforço/(reversão)	5.528	13.643
Baixas para prejuízo	(12.644)	(27.298)
Saldo final	28.763	68.186

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Concentração das Operações de Arrendamento mercantil

	31.03.2015	% da carteira	31.12.2014	% da carteira
Maior Devedor	77.062	22,52%	78.136	18,00%
10 Maiores Devedores	158.665	46,37%	163.015	38,59%
20 Maiores Devedores	186.350	54,46%	191.970	45,45%
50 Maiores Devedores	201.457	58,88%	210.515	49,84%
100 Maiores Devedores	206.509	60,35%	217.922	51,59%

h) Informações Complementares

	1° Trimestre 2015	1° Trimestre 2014
Montante de créditos aditados / renegociados no período		141
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo	(a)	7.742
		602
		4.567

(a) Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.03.2015	31.12.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	556.929	577.875
Títulos e créditos a receber	7.300	12.086
Devedores diversos - no País	2.356	2.293
Devedores por depósitos em garantia (Nota 22c)	16.714	13.064
Impostos e contribuições a compensar	24.743	111.402
Impostos e contribuições a recuperar	2	14
Total	608.044	716.734
Ativo circulante	71.479	183.022
Ativo não circulante	536.565	533.712

9. OUTROS VALORES E BENS

	31.03.2015	31.12.2014
Bens não de uso próprio	2.863	3.136
Veículos e afins	4.040	4.305
(Provisão para desvalorização)	(1.177)	(1.169)
Despesas antecipadas	1.698	2.504
Comissões por intermediação de operações	(a)	1.657
Despesas de serviços do sistema financeiro	4	4
Outras	37	99
Total	4.561	5.640
Ativo circulante	4.559	5.637
Ativo não circulante	2	3

(a) Referem-se aos valores a diferir dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua originação.

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10. INVESTIMENTOS

	31.03.2015	31.12.2014
Investimentos por incentivos fiscais	13.937	13.937
(Imparidade acumulada)	(4.918)	(4.918)
Total	9.019	9.019

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO**a) Imobilizado de Arrendamento**

	31.03.2015	31.12.2014
Bens Arrendados	1.034.000	1.301.704
Veículos e afins	895.173	1.154.129
Máquinas e equipamentos	119.883	127.132
Móveis	2.383	2.383
Instalações	1.661	1.637
Sistemas de processamento de dados	14.900	16.423
Superveniências de Depreciações	280.646	503.234
Depreciação Acumulada	(783.927)	(1.002.532)
Diferido	15.654	19.579
Perdas em arrendamentos a amortizar	29.849	34.228
Amortização acumulada do diferido	(14.195)	(14.649)
Total	546.373	821.985

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência / insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	31.03.2015	31.12.2014
Valor presente	564.710	845.313
Credores por antecipação do valor residual	222.539	422.908
Valor presente das operações de arrendamento	342.171	422.405
(-) Valor contábil das operações	284.064	342.079
Arrendamentos a receber – recursos internos	342.591	420.487
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(331.554)	(409.245)
Valores residuais a realizar	242.571	458.592
Valores residuais a balancear	(242.571)	(458.592)
Títulos e créditos a receber	7.300	12.086
Bens arrendados	1.034.000	1.301.704
Depreciação acumulada de bens arrendados	(783.927)	(1.002.532)
Perdas em arrendamentos a amortizar	29.849	34.228
Amortização acumulada do diferido	(14.195)	(14.649)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	280.646	503.234

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Depreciação acumulada

	31.03.2015	31.12.2014
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(783.927)	(1.002.532)
(-) Superveniência de depreciação	280.646	503.234
(=) Depreciação Acumulada	(503.281)	(499.298)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**a) Composição**

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.03.2015	31.12.2014
Debêntures					
Pós-fixado	R\$ 100,00% do DI	06/2006	07/2027	29.922.550	29.101.144
Total				29.922.550	29.101.144
Passivo circulante				1.946.357	1.893.157
Passivo não circulante				27.976.193	27.207.987

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(821.407)	(638.772)
Debêntures	(821.407)	(638.772)
Desp.de Capt.no Mercado Aberto - Carteira de Terceiros	(35)	-
Total	(821.442)	(638.772)

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**a) Obrigações por Repasses****Do País – Instituições Oficiais**

Programas	Taxas de Atualização	31.03.2015	31.12.2014
FINAME		12.200	12.908
Pré-fixado	0,30% a.a. a 8,30% a.a.	12.200	12.908
Total		12.200	12.908
Passivo circulante		579	932
Passivo não circulante		11.621	11.976

b) Segregação de Repasses por Prazo de Exigibilidade

	Até 1 ano	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31.03.2015	31.12.2014
Repasses do País – FINAME	579	1.824	9.797	12.200	12.908
Total	579	1.824	9.797	12.200	12.908

c) Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Despesas de Obrigações por Repasses		
FINAME	(294)	(597)
Total	(294)	(597)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e Previdenciárias**

	31.03.2015	31.12.2014
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	50.088	242.931
Impostos e contribuições a recolher	855	618
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 18d)	71.030	127.612
Provisão para riscos fiscais (Nota 22a)	2.980	3.347
Total	124.953	374.508
Passivo circulante	100.604	344.337
Passivo não circulante	24.349	30.171

b) Diversas

	31.03.2015	31.12.2014
Credores diversos - no País	7.528	9.442
Provisão para pagamentos a efetuar	2.171	2.538
Provisão para passivos contingentes (Nota 22a)	5.321	5.916
Ajuste a mercado op. de arrendamento	1.330	1.869
Total	16.350	19.765
Passivo circulante	15.408	18.579
Passivo não circulante	942	1.186

15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS**a) Rendas de tarifas bancárias**

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Aditamentos contratuais	-	11
Total	-	11

b) Despesas de Pessoal

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Honorários	-	(102)
Encargos sociais	-	(31)
Total	-	(133)

c) Outras Despesas Administrativas

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Aluguéis	(19)	(26)
Manutenção e conservação de bens	(6)	(9)
Material	-	(1)
Processamento de dados	(1.392)	(1.272)
Propaganda e publicidade	(138)	(10)
Publicações	-	(118)
Serviços do sistema financeiro	(134)	(503)
Serviços de terceiros	(1)	(2)
Serviços técnicos especializados	(1.506)	(1.293)
Emolumentos judiciais e cartorários	(197)	(335)
Impostos e multas de bens arrendados	(308)	(2.957)
Outras	(86)	(93)
Total	(3.787)	(6.619)

d) Outras Receitas Operacionais

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Reversão de provisão de passivos contingentes	991	74
Correção monetária de depósito judicial	344	133
Recuperação de encargos e despesas	311	103
Variação monetária ativa	497	488
Ressarcimento de custos associados	248	1.460
Total	2.391	2.258

e) Outras Despesas Operacionais

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Provisão para passivos contingentes	(13)	59
Indenizações cíveis	(604)	1.178
Outras	(1.026)	(926)
Total	(1.643)	311

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Receitas não operacionais	916	12.069
Investimentos por incentivos fiscais (a)	-	10.392
Lucro na alienação de valores e bens	908	1.632
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	8	45
Despesas não operacionais	(591)	(1.021)
Desvalorização de outros valores e bens	(16)	(23)
Perdas de Capital	(46)	-
Prejuízo na alienação de valores e bens	(529)	(998)
Total	325	11.048

(a) Refere-se ao ganho apurado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S.A.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 872.800, está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi deliberada e aprovada a redução do Capital Social no montante de R\$ 126.000, sem alteração na quantidade de ações. A redução do Capital Social foi aprovada e homologada pelo BACEN em 23 de maio de 2014.

b) Reserva de Lucros

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para “Reserva para expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal.

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 296.158 mediante a utilização da reserva de expansão.

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Trimestre/2015				1º Trimestre/2014			
	Saldo 31.12.2014	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo 31.12.2013	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda								
BV Leasing	1.386	(2.310)	924	-	-	-	-	-
Total	1.386	(2.310)	924	-	-	-	-	-

18. TRIBUTOS**a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL**

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Valores correntes	(52.470)	(66.744)
IR e CSLL no País - Corrente	(50.088)	(66.744)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(2.382)	-
Valores Diferidos	34.711	37.277
Passivo fiscal diferido	55.657	68.780
Marcação a mercado	10	1.352
Superveniência de depreciação	55.647	67.428
Ativo fiscal diferido	(20.946)	(31.503)
Diferenças Temporárias	(915)	(3.664)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(19.815)	(24.740)
Marcação a mercado	(216)	(3.099)
Total	(17.759)	(29.467)

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Resultado antes dos tributos e participações	37.071	73.672
Encargo total do IR (alíquota de 25%) e CSLL (alíquota de 15%)	(14.828)	(29.478)
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(5)	5
Outros valores	(2.926)	6
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(17.759)	(29.467)

c) Despesas Tributárias

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Cofins	(1.844)	(3.731)
ISSQN	(278)	(345)
PIS	(299)	(606)
Outras	(250)	(222)
Total	(2.671)	(4.904)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.03.2015	31.12.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	70.161	125.808
Marcação a mercado	869	1.804
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	71.030	127.612
Imposto de Renda	70.704	126.936
Contribuição Social	326	676

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)**Ativado**

	31.03.2015	31.12.2014
Prejuízos fiscais - no País	504.852	524.667
Marcação a mercado	533	747
Provisão para operações de arrendamento mercantil	48.096	48.626
Provisões para contingências e Obrigação legal	2.925	3.315
Provisões para pagamento de honorários	51	53
Outras provisões	472	467
Total dos Créditos Tributários Ativados	556.929	577.875
Imposto de Renda	537.399	557.922
Contribuição Social	19.530	19.953

Não Ativado

Não existem créditos tributários não ativados.

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2014

	Valor nominal	Valor presente
Em 2015	31.928	29.036
Em 2016	25.037	20.107
Em 2017	17.715	12.625
Em 2018	12.754	8.057
Em 2019	22.768	12.756
A partir de 2020	446.727	136.285
Total de Créditos Tributários	556.929	218.866

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2015	3%	37%
Em 2016	2%	29%
Em 2017	2%	19%
Em 2018	1%	11%
Em 2019	4%	3%
A partir de 2020	88%	1%

- (a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;
- (b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

19. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração:

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Honorários	-	102
Encargos sociais	-	31
Total	-	133

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e o Conglomerado Votorantim Participações, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.03.2015				
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	31	-	72	-	103
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	4.141.906	-	4.141.906
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	25.945.094	-	25.945.094
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(29.922.352)	-	(29.922.352)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.121)	-	(4.121)
Outras obrigações	-	-	(126)	-	(126)
Resultado					
					1º Trimestre 2015
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	839.908	-	839.908
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(821.326)	-	(821.326)

	31.12.2014				
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	799	-	459	-	1.258
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	5.414.101	-	5.414.101
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	23.357.150	-	23.357.150
Outros créditos	-	-	7.480	-	7.480
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(29.101.026)	-	(29.101.026)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(3.774)	-	(3.774)
Resultado					
					1º Trimestre 2014
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	697.533	-	697.533
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(597.533)	-	(597.533)

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS A MERCADO

	31.03.2015		31.12.2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.141.906	4.141.906	5.414.101	5.414.101
Títulos e valores mobiliários	12.088	12.088	553.751	553.751
Instrumentos financeiros derivativos	25.945.094	25.945.094	23.357.151	23.357.151
Operações de arrendamento mercantil	312.078	311.920	384.657	384.778
Passivo				
Circulante e Não circulante				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(29.922.550)	(29.922.550)	(29.101.144)	(29.101.144)
Obrigações por repasses do País	(12.200)	(12.200)	(12.908)	(12.737)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.121)	(4.121)	(3.775)	(3.775)

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A BV Leasing gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita, tais como, exposições a taxas de juros prefixadas em reais, moedas estrangeiras e seus respectivos cupons.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a BV Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Os quadros a seguir apresentam os valores observados em 31 de março de 2015 e sintetiza os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta basicamente por títulos públicos:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(5)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços TR/TBF	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
Outros	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(168)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços TR/TBF	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
Outros	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
Cenário III			

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(329)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil, emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 31 de março de 2015:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(542)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	3
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupom de índice de preço	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(16.832)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Redução	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(107)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupom de índice de preço	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(31.009)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Redução	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(321)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupom de índice de preço	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 31/03/2015, para o prazo de um ano é 13,52%. Desse modo, toda a curva é chocada em 3,38% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Informações Trimestrais, conforme Resolução CMN nº. 3.823/2009.

Ações Fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis – Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, a Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	Demandas fiscais (a)		Demandas cíveis (b)	
	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2014
Saldo inicial	3.347	3.302	5.916	7.504
Constituições	63	178	23	858
Reversões	(511)	(61)	(276)	(317)
Baixas	-	(13)	(424)	(611)
Atualizações	81	49	82	-
Saldo final	2.980	3.455	5.321	7.434

(a) Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

(b) Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

Cronograma esperado de desembolsos

	31.03.2015	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.980	5.321

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Total		2.980	5.321
--------------	--	--------------	--------------

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN nº 3.823/2009.

		31.03.2015	31.12.2014
Contingências fiscais	(a)	881	871
Contingências cíveis	(b)	217	212
Total		1.098	1.083

(a) Referem-se basicamente ao questionamento referente à ISS.

(b) Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

c) Depósitos em Garantia de Recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

		31.03.2015	31.12.2014
Contingências fiscais		2.469	2.029
Contingências cíveis		14.245	11.035
Total		16.714	13.064

d) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**a) Processo de Gestão de Riscos**

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos a instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do capital (Patrimônio de Referência) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 31 de março de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 13,79% e do Conglomerado Financeiro foi de 13,88% (14,96% em 31.12.2014).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Comitê de Auditoria**

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com a Demonstração Financeira anual do Banco Votorantim de 31 de dezembro de 2014.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014. Na avaliação ora realizada, não foram identificados impactos relevantes para o Conglomerado.

c) Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)

A Lei 13.097, de 20.01.2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

d) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Informações Trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de administração e aos Acionistas da

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às Informações Trimestrais - ITR nº 3g. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto

Contador CRC 1SP167455/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais - ITR

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as Informações Trimestrais - ITR referente ao período findo em 31 de março de 2015.

Em cumprimento a Instrução CVM 381/03, a BV Leasing informa que a KPMG Auditores Independentes não prestou, no 1º trimestre de 2015, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria.

São Paulo, 12 de maio de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes sobre às Informações Trimestrais - ITR referente ao período findo em 31 de março de 2015.

São Paulo, 12 de maio de 2015.